

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO – 2012



**Estado do Ceará
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça**

Fortaleza, junho de 2013



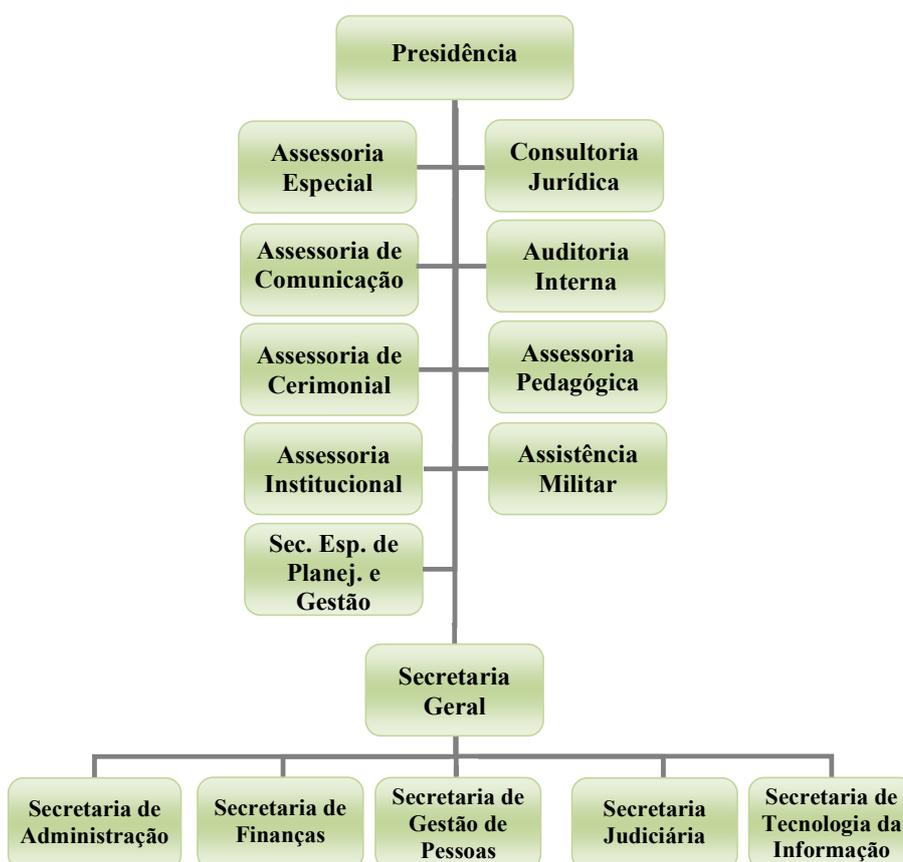
Sumário

1 Informações Preliminares	3
2 Indicadores Judiciários.....	6
3 Gestão Financeira.....	9
4 Realizações Diversas.....	10



1. INFORMAÇÕES PRELIMINARES

O Poder Judiciário cearense tem como missão precípua, expressa nos termos do Plano Estratégico 2010-2014, aprovado em janeiro de 2010 pelo Tribunal Pleno, “prover justiça em busca da harmonia social”. No intuito de perseguir o cumprimento da versada missão, bem como atender às competências que lhe são previstas nos artigos 102 e 108 da Constituição do Estado do Ceará e nos artigos 32 a 36 da Lei 12.342/94 (Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado do Ceará), o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará conta com uma estrutura administrativa dividida entre secretarias e áreas de assessoria e consultoria, todas com seus respectivos departamentos, divisões e serviços. De forma resumida, eis a configuração da referida estrutura em 31 de dezembro de 2012:



Nessa conjuntura, saliente-se, primeiramente, que o TJCE procurou pautar-se pelos objetivos estratégicos que seguem, todos em consonância com o antecitado Plano Estratégico 2010-2014, cujos indicadores foram objeto de revisão e reformulação no ano de 2011:



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TJCE		
Perspectivas	Objetivos	Indicadores de Desempenho
Sociedade	Ser reconhecido pela sociedade como modelo de instituição moderna, ética e que assegure o direito e a cidadania	- Índice de satisfação do jurisdicionado.
Procedimentos	Assegurar uma prestação jurisdicional célere e efetiva	- Taxa de congestionamento 2º grau; - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento 1º grau; - Taxa de congestionamento na fase de execução 1º grau; - Taxa de congestionamento Turmas Recursais; - Taxa de congestionamento na fase de conhecimento Juizados Especiais; - Taxa de congestionamento na fase de execução Juizados Especiais.
	Exercer a responsabilidade socioambiental	- Número de ações sociais realizadas; - Índice de redução <i>per capita</i> dos consumos de energia, água, papel e combustível; - Número de ações de preservação do meio ambiente;
	Maximizar o acesso dos cidadãos à Justiça	- Número de novas unidades judiciárias implantadas; - Número de ações para ampliar o atendimento ao cidadão.
	Informar para conscientizar	- Índice de matérias institucionais positivas veiculadas; - Número de participantes em ações de conscientização sobre o papel e o funcionamento do Judiciário cearense.
	Buscar a excelência na gestão de custos operacionais	- Índice de redução de estoque de bens de consumo; - Eficiência na arrecadação de receitas.
	Fortalecer e harmonizar as relações entre poderes, setores e instituições	- Número de parcerias formais em prol da justiça.
	Melhorar a produtividade	- Produtividade do magistrado do 2º grau; - Produtividade do magistrado do 1º grau; - Produtividade do magistrado Juizados Especiais; - Produtividade do magistrado Turmas Recursais.



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TJCE		
Perspectivas	Objetivos	Indicadores de Desempenho
	Buscar a modernização contínua	- Número de boas práticas de gestão administrativa implementadas.
	Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do judiciário	- Percentual de realização das Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs); - Percentual de projetos estratégicos concluídos.
Recursos	Garantir a valorização dos magistrados e servidores	- Índice do Clima Organizacional.
	Alinhar pessoas às demandas de prestação de serviços	- Índice de capacitação nas competências estratégicas; - Quantitativo de vagas ofertadas em cursos de formação e/ou de aperfeiçoamento credenciados pela ENFAM; - Índice de aderência dos cursos ofertados aos conteúdos mínimos fixados nas normas do CNJ ou da ENFAM; - Índice de atendimento das necessidades de treinamento dos servidores; - Percentual de unidades judiciárias com quantidade mínima de pessoal.
	Automatizar e integrar procedimentos e sistemas	- Índice de virtualização dos processos judiciais novos; - Quantitativo de módulos de virtualização administrativa implantados.
	Assegurar recursos para a execução da estratégia	- Índice de orçamento estratégico; - Índice de execução do orçamento estratégico.
	Garantir infraestrutura adequada	- Índice de bom estado das instalações físicas; - Índice de espaço livre em disco (Storage); - Índice de utilização de banda; - Índice de estações de trabalho por posto de trabalho. - Índice de estações de trabalho e impressoras integrados à rede. - Índice de unidades administrativas e judiciárias com mobiliário renovado.



2. INDICADORES JUDICIÁRIOS

Após revisão estruturante procedida em 2011, com vistas ao alinhamento do Plano às propostas da nova gestão, projetos, indicadores e metas foram atualizados. Em 2012, os indicadores estratégicos passaram a ser acompanhados mensalmente para acompanhamento da execução do Plano Estratégico.

No tocante à atividade final do órgão (a lida com a litigiosidade em âmbito estadual), as principais realizações foram traduzidas em indicadores, a seguir discriminados, que versam sobre quantidades de processos em diversas categorias, tais como, *natureza* (se processo de conhecimento ou execução), *recorribilidade* e *reforma da decisão*. Estes dados foram, ainda, divididos por graus (instâncias), nos termos a seguir explicitados (a elaboração dos indicadores foi regida pela Resolução nº 76/2009 do CNJ):

CASOS EM GERAL

2º GRAU

Casos Novos no 2º Grau Criminais	7.209
Casos Novos no 2º Grau Não-Criminais	13.332
Casos Pendentes no 2º Grau Criminais	7.668
Casos Pendentes no 2º Grau Não-Criminais	29.939
Recursos Internos no 2º Grau	10.037
Recursos Internos Pendentes no 2º Grau	12.135
Total de Processos Baixados no 2º Grau Criminais	6.027
Total de Processos Baixados no 2º Grau Não-Criminais	26.122
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal no 2º Grau	4.895
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal no 2º Grau	19.085

1º GRAU – CONHECIMENTO

Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Criminais	27.695
Casos Novos de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	152.781
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Criminais	107.816
Casos Pendentes de Conhecimento no 1º Grau Não-Criminais	436.219
Recursos Internos no 1º Grau na Fase de Conhecimento	2.563
Recursos Internos Pendentes no 1º Grau na Fase de Conhecimento	1.885
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Criminais	35.179
Processos de Conhecimento Baixados no 1º Grau Não-Criminais	207.691
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Criminais	15.593
Sentenças de Conhecimento no 1º grau Não-Criminais	101.862



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

1º GRAU – EXECUÇÃO

Casos Novos de Execução Fiscal no 1º grau	41.106
Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	6.513
Casos Pendentes de Execução Fiscal no 1º grau	147.478
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto execuções fiscais	12.662
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	322
Execuções de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	4.950
Execuções Judiciais no 1º Grau, exceto execuções penais	10.933
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	11.334
Execuções Pendentes de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	17.549
Execuções Judiciais Pendentes no 1º Grau, exceto execuções penais	71.458
Execuções Fiscais Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	7.988
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório, exceto execuções fiscais e penais	27.983
Incidentes de Execução Fiscal no 1º Grau	1.272
Incidentes de Execução no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	7.075
Incidentes de Execução Fiscal Pendentes no 1º Grau	771
Incidentes de Execução Pendentes no 1º Grau, exceto em execuções fiscais e penais	6.463
Total de Processos Baixados de Execução Fiscal no 1º Grau	53.286
Total de Processos Baixados de Execução de Títulos Extrajudiciais no 1º Grau, exceto execuções fiscais	2.963
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º Grau	42
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º Grau	1.826
Total de Processos Baixados de Execução Judicial no 1º Grau, exceto execuções penais	13.776
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	40.391
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	1.288
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	1.082
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	1.579
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	9.068

TURMA RECURSAL

Casos Novos nas Turmas Recursais Criminais	118
Casos Novos nas Turmas Recursais Não-criminais	4.659
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Criminais	259
Casos Pendentes nas Turmas Recursais Não-Criminais	9.706



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

Recursos Internos nas Turmas Recursais	356
Recursos Internos Pendentes nas Turmas Recursais	736
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Criminais	305
Total de Processos Baixados nas Turmas Recursais Não-Criminais	8.067
Decisões que põem fim à relação processual no processo criminal nas Turmas Recursais	149
Decisões que põem fim à relação processual no processo não-criminal nas Turmas Recursais	7.868

JUIZADO ESPECIAL – CONHECIMENTO

Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	18.145
Casos Novos de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	66.023
Casos Novos Eletrônicos nos Juizados Especiais	46.895
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	61.509
Casos Pendentes de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	53.590
Recursos Internos da Fase de Conhecimento nos Juizados Especiais	611
Recursos Internos Pendentes nos Juizados Especiais na Fase de Conhecimento	71
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Criminais	2.196
Total de Processos de Conhecimento Baixados nos Juizados Especiais Não-Criminais	74.171
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Criminais	11.611
Sentenças de Conhecimento nos Juizados Especiais Não-Criminais	118.741

JUIZADO ESPECIAL – EXECUÇÃO

Casos Novos de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	2.086
Casos Pendentes de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	3.557
Execuções de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	144
Execuções Judiciais nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	246
Execuções Pendentes de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	471
Execuções Judiciais Pendentes nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	1.745
Execuções Sobrestadas ou Suspensas ou em Arquivo Provisório	813
Incidentes de Execução nos Juizados Especiais	378
Incidentes de Execução Pendentes nos Juizados Especiais	204
Total de Processos Baixados de Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	1.800
Total de Processos Baixados de Execução de Penas Não-Privativas de liberdade nos Juizados Especiais	140
Total de Processos Baixados de Execução Judicial nos Juizados Especiais, exceto execuções penais	383
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial nos Juizados Especiais	222
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade nos Juizados Especiais	50
Sentenças em Execução nos Juizados Especiais Não-Criminais	1.072



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

RECORRIBILIDADE

2º GRAU

Recursos à Instância Superior no 2º Grau	743
Acórdãos Publicados no 2º Grau	40.356
Decisões Passíveis de Recurso Interno no 2º Grau	54.436

1º GRAU

Recursos à Instância Superior no 1º Grau	1.020
Decisões no 1º Grau Passíveis de Recurso Externo	246.128
Sentenças no 1º Grau Passíveis de Recurso Interno	205.060

TURMA RECURSAL

Recurso interno nas Turmas Recursais	356
Decisões nas Turmas Recursais Passíveis de Recurso Interno	2.944

JUIZADO ESPECIAL

Recursos à Instância Superior nos Juizados Especiais	2.072
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Externo	27.804
Sentenças nos Juizados Especiais Passíveis de Recurso Interno	26.147
Impugnações a Decisões dos Juizados Especiais	191
Decisões nos Juizados Especiais Passíveis de Impugnação	27.786

REFORMA DA DECISÃO

1º GRAU

Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Agravos de Instrumento (ainda que parcialmente)	279
Recursos das Decisões de 1º Grau Providos pelos Tribunais Estaduais em Recurso de Apelação (ainda que parcialmente)	1.625
Recursos de Agravos de Instrumento Julgados pelos Tribunais Estaduais	1.164
Recursos de Apelações Julgados pelos Tribunais Estaduais	5.081

JUIZADO ESPECIAL

Recursos Inominados das decisões dos Juizados Especiais providos pelas Turmas Recursais (ainda que parcialmente)	1.621
Recursos Inominados julgados pelas Turmas Recursais	4.372

3. GESTÃO FINANCEIRA

Os recursos orçamentários e financeiros para realização das despesas com pessoal e custeio tiveram como fonte o Tesouro Estadual, ao passo que outras despesas com manutenção e



investimentos correram a expensas do Fundo Especial de Reparcelamento e Modernização do Poder Judiciário (FERMOJU).

Convém destacar, no exercício sob comento, a preocupação relativa ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, informando-se que, dos R\$ 12.130.620.626,00 (doze bilhões, cento e trinta milhões, seiscentos e vinte mil e seiscentos e vinte e seis reais) da Receita Corrente Líquida – RCL, foram empregados R\$ 619.593.941,00 (seiscentos e dezenove milhões, quinhentos e noventa e três mil e novecentos e quarenta e um reais) em despesa com pessoal, montante que representa 5,11% da RCL, estando, pois, abaixo do limite prudencial de 5,70% previsto na Lei nº 101/2000.

4. REALIZAÇÕES DIVERSAS

Ao longo do exercício de 2012, sob a Presidência do Des. José Arísio Lopes da Costa, a Vice-Presidência do Des. Luiz Gerardo de Pontes Brígido e a Corregedoria Geral da Des. Edite Bringel Olinda Alencar, foram priorizadas ações que contribuíssem para a modernização e o descongestionamento do Judiciário cearense, bem assim para a participação, valorização e aperfeiçoamento de magistrados e servidores.

Diversas ações foram empreendidas com o objetivo de reduzir os acervos processuais e cumprir as metas estipuladas e monitoradas pelo CNJ, cujos resultados refletem uma melhoria significativa no desempenho do Judiciário cearense no ano de 2012:

- Inventário de 969.470 processos nas unidades judiciárias do Interior, Turmas Recursais, Juizados Especiais e 2º Grau, por meio do Projeto “Justiça em Movimento”. Como resultado direto do projeto, foram totalizadas 173.809 baixas processuais.
- Realização, pela Vice-Presidência do TJCE, de aproximadamente 4.650 júízos de prelibação, bem como a distribuição/redistribuição de mais de 93.000 processos;
- Consecução das metas 4 e 5 de 2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a publicação dos acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento e a implantação



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

de método de gerenciamento de rotinas em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º Grau, respectivamente.

- Atendimento das metas 3, 4 e 5 de 2012 do CNJ, que consistem na disponibilização das informações processuais nos portais da rede mundial de computadores; na implantação de Núcleo de Cooperação Judiciária, com a instituição da figura dos Juízes de Cooperação e na implantação de sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.
- Progressão contínua nos percentuais de cumprimento das metas relacionadas aos julgamentos processuais, a exemplo da Meta 2 de 2009, que demanda o julgamento de todos os processos judiciais distribuídos até 31/12/2005, cujo monitoramento permanente permitiu que se atingisse o montante de 110.639 julgamentos, frente às 170.584 ações que se encontravam pendentes no ano de implantação da meta.
- Pagamento, no biênio 2011-2012, de R\$ 9.523.458,00 (nove milhões, quinhentos e vinte e três mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) em precatórios envolvendo o Estado e o Município, beneficiando o total de 618 credores.

Objetivando, em sequência, a construção e a consolidação de um modelo de Gestão moderno e de qualidade no Judiciário alencarino, foram empreendidas diversas iniciativas que culminaram na classificação do TJCE, entre as Cortes estaduais, como o quarto colocado em adoção de práticas de Gestão estratégica, no Diagnóstico da Gestão Estratégica Nacional do CNJ. Dentre as ações a esse respeito, destacam-se:

- Instituição, por meio da Resolução do Órgão Especial nº 13, de 20/12/12, do Comitê Estratégico do Poder Judiciário cearense, com o objetivo de monitorar e gerir a execução do Plano Estratégico institucional.
- Elaboração do primeiro Plano Estratégico da Corregedoria Geral de Justiça, para o período 2012-2014
- Atuação da Comissão Participativa de Elaboração e Execução do Orçamento e do Planejamento Estratégico do TJCE na consolidação da proposta orçamentária



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

relativa ao exercício de 2013, no controle do desembolso financeiro dos projetos, bem assim na revisão do Plano Plurianual (PPA) 2012 -2015.

- Elaboração das regras para a avaliação de desempenho setorial, com a construção e o alinhamento de indicadores e metas setoriais ao Plano Estratégico, como forma de fomentar a celeridade e o aumento de produtividade nas unidades judiciárias e administrativas do TJCE.

No campo da inovação, desburocratização e modernização, são dignas de realce as seguintes iniciativas:

- Criação da Ilha de Peticionamento, serviço ininterrupto e disponível 24 horas por dia, oferecido pelo TJCE às partes, como forma de ampliar o acesso ao peticionamento eletrônico.
- Integração de 44 Comarcas Vinculadas ao TJCE, através de rede de dados moderna e confiável.
- Implantação do acesso sem fio à intranet e internet no Fórum Clóvis Beviláqua e no Tribunal de Justiça, permitindo que advogados e jurisdicionados realizem consultas aos processos por meio de dispositivos móveis.

Importantes conquistas foram alcançadas também na esfera dos recursos humanos, evidenciando a ênfase do TJCE no fortalecimento do quadro funcional e na valorização de magistrados e servidores, dentre elas, de bom alvitre enumerar:

- Implantação e regulamentação da jornada de trabalho de 40 horas prevista na Lei nº 14.786/2010, em atendimento a determinação do CNJ.
- Pagamento de 12 (doze) parcelas da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE).



Relatório de Desempenho da Gestão 2012

- Remoção de 74 Juízes e promoção, pelos critérios de merecimento e antiguidade, de 43 magistrados para comarcas da Capital e do Interior, como parte do Projeto de Reestruturação e Modernização do Poder Judiciário estadual.

Não se podem olvidar, finalmente, outras conquistas alcançadas ao longo do ano em referência, como:

- Criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (Funseg-JE) e instituição da Comissão de Segurança Permanente.
- Criação do programa de televisão "Judiciário em Evidência", com reportagens e entrevistas sobre a Justiça cearense.
- Celebração de 114 convênios, objetivando, todos eles, cooperação técnica e mútua colaboração em prol de interesses institucionais comuns.
- Conclusão das obras de reforma da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará (Esmec) e do Fórum das Turmas Recursais Prof. Dolor Barreira;
- Mudança de mais 07 secretarias de varas do Fórum Clóvis Beviláqua para os seus locais definitivos e instalação de 23 salas de audiência.
- Reinauguração da Biblioteca Desembargador Jaime de Alencar Araripe, desativada há cerca de 3 anos, com a ampla aquisição de livros e periódicos.

Eis, em síntese, o que se tinha a relatar.

Atenciosamente,

Luis Eduardo de Menezes Lima
Secretário Especial de Planejamento e Gestão do TJCE

Desembargador Luiz Gerardo de Pontes Brígido
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará